

SERTÃO, O SEMIÁRIDO E SUAS REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS

THE SERTÃO THE SEMI-ARID AND ITS TERRITORIAL REPRESENTATIONS

EL SERTÃO, LO SEMIÁRIDO Y SUS REPRESENTACIONES TERRITORIALES

RESUMO

As discussões sobre o semiárido brasileiro seguem vertentes construídas em contextos distintos, constitui-se como um território definido por critérios naturais de regionalização, bem como por delimitação legal no Brasil. Porém, historicamente foi chamado de sertão, possuindo uma carga de simbologia, percepções e representações em espacialidades e temporalidades distintas. Neste sentido, faz-se aqui o uso da teoria das representações territoriais objetivando identificar e contextualizar quais foram as representações dominantes sobre o semiárido. O recorte temporal compreende entre fins do século XVI até às primeiras décadas do século XXI. As fontes de informações foram autores e publicações de instituições que se debruçaram em estudar e entender o sertão e o semiárido. Como resultado, tem-se a identificação de quatro representações territoriais, a saber: o sertão como fronteira da colonização e dos espaços vazios, o sertão como uma região problema, o sertão como representação do passado e dos espaços das memórias e, por fim, o sertão como fronteira econômica na convivência com o semiárido. Sendo assim, propõe-se um ponto de partida para nortear futuras pesquisas que tenham o sertão e o semiárido como objeto de estudo em temporalidades e espacialidades distintas, uma vez que tem-se aqui uma estrutura de periodização aliada aos contextos em que foram construídas.

Palavras-chave: Representação territorial; Convivência com o semiárido; Espaço de memória; Fronteira da civilização; Seca.

ABSTRACT

The discussions about the Brazilian semi-arid region follow strands built in different contexts, it is constituted as a territory defined by natural criteria of regionalization, as well as by legal delimitation. However, historically it was called Sertão, having a load of symbology, perceptions and representations in distinct spatialities and temporalities. In this sense, the theory of territorial representations is used here in order to identify and contextualize which are the dominant representations of the semi-arid region. The time frame ranges from the end of the 16th century until the first decades of the 21st century. The sources of information were authors and publications from institutions that focused on studying and understanding the sertão and semi-arid regions. As a result, there is the identification of four territorial representations, namely: sertão as a frontier of colonization and empty spaces, sertão as a problem region, sertão as a representation of the past and the spaces of memories and, finally, sertão as an economic frontier in coexistence with the semi-arid region. Therefore, a starting point is proposed to guide future research that has the sertão and semi-arid region as an object of study in different temporalities and spatialities, since here we have a periodization structure allied to the contexts in which they were constructed.

Keywords: Territorial representation; Living with the semi-arid region; Memory space; Frontier of civilization; Drought.

RESUMEN

Las discusiones sobre la región semiárida brasileña siguen líneas construidas desde diferentes contextos. El semiárido se constituye como un territorio definido por criterios naturales de regionalización, así como por su delimitación legal. Sin embargo, históricamente se le llamó Sertão, teniendo una carga simbólica, de percepciones y representaciones en distintas espacialidades y temporalidades. En

 Sidclay Cordeiro Pereira ^a

^a Universidade de Pernambuco (UPE),
Petrolina, Pernambuco, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2023.65452

Correspondência: sidclay.pereira@upe.br

Recebido em: 16 fev. 2022

Revisado em: 11 mar. 2022

Aceito em: 04 abr. 2023



este sentido, esta investigación utiliza la teoría de las representaciones territoriales para identificar y contextualizar cuáles han sido las representaciones dominantes de la región semiárida. El período de análisis comprende desde finales del siglo XVI hasta las primeras décadas del siglo XXI. Las fuentes de información fueron autores y publicaciones de instituciones que se enfocaron a estudiar y comprender el Sertão y la región semiárida. Como resultado, se identificaron cuatro representaciones territoriales: el Sertão como frontera de colonización y de espacios vacíos; el Sertão como región problemática; el Sertão como representación del pasado y los espacios de la memoria; y finalmente, el Sertão como frontera económica en convivencia con el semiárido. Por lo tanto, se propone un punto de partida para orientar futuras investigaciones que tengan como objeto de estudio el hinterland y la región semiárida en diferentes temporalidades y espacialidades, ya que aquí tenemos una estructura de periodización aliada a los contextos en los que fueron construidos.

Palabras-clave: Representación territorial; Convivencia con la región semiárida; Espacio de memoria; Frontera de la civilización. Sequía.



INTRODUÇÃO

As discussões sobre o semiárido brasileiro seguem vertentes construídas em contextos distintos. Com início no pensamento científico positivista de fins do século XIX até a produção intelectual hodierna, tendo em perspectiva as escolhas metodológicas e ideológicas de quem a produz no século XXI, chega-se a essa pluralidade que legou uma produção extensa, ora aprofundada, ora superficial, e, sobretudo, difusa sobre o semiárido.

Parte-se aqui, inicialmente, que o semiárido brasileiro é um território complexo, onde se operam camadas de percepções e delimitações construídas e ressignificadas ao longo do tempo, bem como interações múltiplas, por vezes sobrepostas, entre atores e instituições. O semiárido constitui-se como um território definido por critérios naturais de regionalização, ou seja, a partir de níveis de aridez; por delimitação legal dentro dos aparatos da legalidade brasileira e, ao mesmo tempo, é chamado, historicamente, de sertão, possuindo uma carga de simbologia, percepções e representações em espacialidades e temporalidades distintas internas e externas.

Aqui, tem-se o sertão como uma lente entre quem observa e o território observado. Hoje, sertão é praticamente o semiárido, ou seja, uma representação consolidada na identidade brasileira e norteadora de discursos e práticas cotidianas. É uma palavra que dá significado às espacialidades, criando e recriando significados em temporalidades distintas com mudanças constantes em suas escalas geográficas ao longo do tempo.

Neste sentido, faz-se aqui o uso da teoria das representações territoriais e objetiva-se identificar e contextualizar quais são as representações territoriais dominantes sobre o semiárido a partir dos autores que serão apresentados mais à frente no texto. O recorte temporal se inicia em fins do século XVI, quando a palavra sertão começa a ser registrada em documentação e vem até às primeiras décadas do século XXI. Ressalta-se, que o que se propõe aqui não intenta esgotar o tema, outrossim, ser um ponto de partida.

As representações, em princípio, não são visíveis ao pesquisador de maneira evidente, são construídas como objeto após a análise. Para isso, vários materiais podem ser utilizados, como discursos linguísticos, iconográficos e cartas mentais (GUMUCHIAN, 1989, 1991; BAILLY, 1989, 1993, 1995). A representação territorial é a busca dos símbolos, das imagens e dos discursos que representam um território. Estes podem ser criados pelos próprios habitantes ou por quem exerce poder sobre ela, mesmo que sejam um poder simbólico.

As representações territoriais podem ser de duas ordens: material e imaterial (DEBARBIEUX, 2003) e a identificação de um território pode ser feita tendo como base esses dois tipos de representação. O estudo



de representação territorial permite compreender as questões fundamentais das tensões sociais e espaciais com foco nas estratégias dos atores (individuais e sociais).

Posto isso, na base das representações territoriais do semiárido brasileiro, a palavra sertão é constantemente presente na literatura. Para o senso comum e para pesquisadores de distintas áreas, são até sinônimos como em Ab'Sáber (1999) e Andrade (2005). O termo sertão pode designar uma ou diversas regiões a depender de quando e por quem é utilizada. Sendo assim, toda vez que se encontra a palavra na literatura, seja ela acadêmica, romancista ou na cultura popular, numa visão mais aprofundada, é necessário saber o contexto de sua aplicação.

Ao se constatar na literatura a associação de sertão ao interior e, posteriormente, consolidando-se ao semiárido, chama-se atenção que nomear um espaço é construir um território. Isto contribui com a criação de uma ordem simbólica, ou seja, o estabelecimento de uma coerência e ordem em um espaço pré-estabelecido. Esta coerência, ao mesmo tempo, refere-se a uma certa visão do mundo e um processo de apropriação (GUMUCHIAN, 1989, 1991).

A sistematização de sertão associado ao semiárido tratada no presente texto consolidou-se a partir das leituras de autores que se debruçaram em estudar e entender o sertão em sua associação ao semiárido ou ao interior do Brasil. Assim, temos Ab'Sáber, (1999), Albuquerque Júnior (2006), Amado (1995), Andrade (2005), Arruda (2000), Capistrano de Abreu (1976), Carvalho (2012), Castro (1997), Cirilo (2008), Fortunato e Moreira Neto (2010), Freixinho (2003), Lima (1999), Maciel e Pontes (2016), Moraes (2009), Oliveira (1998), Rebouças (1997), Rodrigues (2004) Silva (2006, 2007), Silva (2010) e Villa (2001). A eles, somam-se instituições pesquisadas, dos quais destacam-se: Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Agência Nacional de Águas (ANA) e Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Articulação do Semiárido (ASA).

O resultado da análise dos autores e dos documentos públicos institucionais acima citados foi a delimitação de quatro construções de representações territoriais para o sertão, a saber: o sertão como fronteira da colonização e dos espaços vazios, o sertão como uma região problema, o sertão como representação do passado e dos espaços das memórias e, por fim, o sertão como fronteira econômica na convivência com o semiárido. As representações são apresentadas a seguir, em ordem cronológica, sendo como tal a organização desse artigo. Ressalta-se que foram iniciadas em contextos diferentes, porém se sobrepondo a cada momento em que uma nova representação se consolida.



O sertão como fronteira da colonização e dos espaços vazios

Com uma origem colonial portuguesa que data do início do século XVI, a ocupação do Brasil seguiu o processo de apropriação de novos lugares com suas populações autóctones, suas riquezas e seus recursos naturais¹. O mesmo se aplica ao semiárido que foi ocupado seguindo um padrão extensivo (do ponto de vista do espaço) e intensivo (do ponto de vista dos recursos naturais) de uso de solo (MORAES, 2005). Esse panorama nos dá a ideia da origem dos elementos das representações territoriais imateriais, ou seja, a origem dos discursos de um território longe e selvagem (MORAES, 2009, 2011; PUNTONI, 2008).

Na entrada para o interior do Brasil, o semiárido, assim como todas as regiões interioranas da colônia incluindo as atuais regiões Sudeste e Centro-Oeste, eram os sertões. Usava-se uma palavra para delimitar espaços indefinidos e vagos, ou seja, um nome para um território desconhecido. Iniciava-se, nesse momento, a hierarquização dos territórios coloniais. A cultura sertaneja que se construiria nos séculos vindouros seria, então, estranha à açucareira litorânea desde cedo (SILVA, 2010).

Escritores como Pêro de Magalhães de Gândavo, Gabriel Soares de Souza e Ambrósio Fernandes Brandão, cronistas de um mundo colonial, mesmo não estando mais na Europa, construíram um discurso a partir dos valores deste continente. Como cronistas, por mais que tentassem direcionar sua interpretação, não fugiam do imaginário dominante. Sendo assim, as imagens do sertão eram produzidas a partir da ideia conhecida pelos cronistas, levando-se em conta a imaginação e suas crenças, apresentavam uma literatura não calcada no verídico e sim no verossímil (SILVA, 2010), assim se teria mais liberdade para caracterizar os territórios ocupados a partir do contexto em que cada interpretação se construiria. As primeiras representações do semiárido vieram em forma de discursos com os relatos de pessoas que não o visitaram.

A ideia da superioridade do litoral em relação ao interior é uma consequência e, ao mesmo tempo, uma transposição do pensamento português sobre a sua colônia na América. A escrita era uma das maneiras de se registrar a superioridade europeia em uma fronteira da civilização que se instalava sobre o Novo Mundo.

A ocupação do semiárido aconteceu em duas frentes, a que Andrade (2005) chama de sertão de fora, pelo litoral norte (onde hoje estão o estado do Rio Grande do Norte e parcelas consideráveis dos estados do Piauí e Ceará) e o sertão de dentro, saindo da foz do rio São Francisco (atualmente entre os estados de Sergipe e Alagoas) em sentido montante. Os pontos de partida levavam em conta as possibilidades de entrada que não esbarrassem no planalto da Borborema, bem como as limitações de transportes dos sistemas de

¹ O primeiro momento de ocupação do semiárido se inicia em fins do século XVI, perdura até finais do século XVIII gerando uma série de ocupações no interior. O semiárido tem sua colonização baseada, em grande parte pela implantação da pecuária. Neste processo, os assentamentos iriam se consolidando em vilas, e os caminhos, nas estradas.



engenharias disponíveis à época (SANTOS; SILVEIRA, 2001). A isso, soma-se que os colonizadores perceberam que os povos indígenas buscavam abrigo nos chamados brejos, onde obtinham água e caça com mais facilidade e onde a terra era mais fértil (SILVA, 2006).

A dizimação de grande parte dos povos indígenas, iniciada já nas primeiras décadas de colonização, deixou livre uma grande área e por ela se alastraram numerosas fazendas de gado (CAPISTRANO DE ABREU, 1976, 1988; PUNTONI, 2008). Como assinala Silva (2006), o índio é um dado natural do sertão e sempre aparece como um elemento marginal no seu interior. O índio histórico teria sido derrotado e escravizado, permanecendo apenas a imagem do indígena pré-colonização europeia (OLIVEIRA, 1998).

Do confronto entre o colonizador e o indígena, o primeiro leva vantagem e então se inicia uma sociedade distante, isolada e desconhecida do litoral, chamada de sertaneja que precisava ser construída depois da “derrota” dos autóctones. Para isso, adota-se o modelo do dominador.

Houve uma imposição da “civilização” colonial litorânea para o lugar da “barbárie” e essa imagem perdurará nos séculos seguintes (DANTAS, 2000; MARCIAL, 2010; SANTOS, 2010; OLIVEIRA, 1988). Ressalta-se que, quanto a presença africana no semiárido, Silva (2006) é contundente ao dizer que como povos escravizados é uma realidade invisível a quem pesquisa e estuda o sertão. Poucos são os estudos que se debruçam na temática e, mesmo as comunidades quilombolas reconhecidas pelo Estado, parecem não chamar atenção necessária de pesquisadores, apenas no Censo de 2022 essas populações serão recenseada no Brasil.

A partir do século XVII, iniciam-se as primeiras tentativas de elaboração de uma História do Brasil, como a realizada por frei Vicente do Salvador (AMADO, 1995). O sertão foi incorporado nessas tentativas. É nesse momento que se consolidam os elementos das representações territoriais ou seja, a origem dos discursos de uma território longe e selvagem.

No século XIX, com a abertura dos portos brasileiros, intensifica-se a chegada de viajantes estrangeiros. Foi considerado grande o número de estudiosos naturalistas que visitaram o Brasil interessados em estudar história natural, zoologia, botânica, geografia, mineralogia, paleontologia, astronomia, meteorologia, entre outras áreas do conhecimento à época (LISBOA, 2007). Moraes (2005) considera esse momento como a segunda descoberta do sertão pelo olhar estrangeiro, sendo a primeira iniciada nos primórdios da colonização. Dessa vez, não apenas observando do litoral, mas visitando o interior. As suas produções estão nas crônicas, romances, poesias, diários e relatos científicos, bem como imagens iconográficas.

A partir da teoria da percepção e da representação social, Silva (2006) buscou entender o sertão através da literatura de intelectuais brasileiros do século XIX, analisando, inclusive, relatos de viagens e como cientistas europeus, a exemplo de Johann Baptist von Spix, Carl Friedrich von Martius e Auguste de Saint-



Hilaire que, trouxeram seus olhares construídos a partir dos seus lugares de origem. Com isso “qualquer aproximação do homem sertanejo ou do não-branco feito a partir deles implica acionar mediações lingüísticas, simbólicas ou um quadro prévio de valores, concepções e determinado contexto histórico” (SILVA, 2006, p. 451).

Ainda no século XIX, consolida-se a construção da história oficial do Brasil através da recuperação de nomes de personalidades e grandes feitos patrióticos do passado. Há busca de características que diferenciassse o brasileiro das outras nacionalidades e a procura cada vez mais intensa de se conhecer um território imenso e diverso. Em princípio, “os habitantes do sertão são descritos como verdadeiros heróis numa eterna luta com a natureza para sobreviver” (ARRUDA, 2000, p. 94), entretanto, Capistrano de Abreu (1976) considerava que até fins do século XIX e princípio do XX, a história do Brasil seria basicamente do litoral, e “defendia a necessidade de voltar os olhos para o interior, escrever a história das incursões pelos sertões, como estava indicado em seu livro Caminhos antigos e o povoamento do Brasil” (OLIVEIRA, 1998, p. 13).

Construir as imagens de um país e assim se estabelecer suas representações era necessário para o projeto de unificação do território. Uma boa síntese do que houve nesse período pode ser vista em Arruda (2000, p. 99) quando diz que:

as preocupações com os espaços internos do país, com suas populações e utilização dos seus recursos, remontam ao período imperial mas sofrem uma grande revitalização nos quadros da montagem do chamado 'estado nacional moderno'. Nestes termos, a questão colocava-se como uma necessidade de 'civilizar' os sertões, impondo aos seus moradores novas concepções de tempo, propriedade e trabalho. Os mecanismos utilizados para esta tarefa de 'civilizar' que pode ser entendida como 'homogeneizar' ou 'soldar' territórios aos novos ideários, inscrevem-se no chamado ingresso do Brasil no campo da modernidade. Ferrovias, estradas, telégrafos, mapeamentos, urbanização, civilização, modernização são termos corolários deste processo.

A ideia de sertão como fronteira da colonização portuguesa no Brasil e dos espaços vazios começa a perder força, deixando de ser um lugar longínquo e desconhecido e torna-se sinônimo de interior, opondo-se ao marítimo. Outrora importante em Portugal para hierarquização dos territórios coloniais, “à medida que este império se decompunha, ‘sertão’ perdia seus significados, até guardar apenas o original, anterior à constituição das colônias: o de ‘interior’” (AMADO, 1995, p. 150).

Num apanhado sobre o uso de sertão nos quatro primeiros séculos brasileiros, Oliveira (1998, p. 3) sintetiza que.

o sertão, para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para os bandeirantes e sertanistas, era interior perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitanias, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial significava liberdade e esperança de uma vida melhor.

Em todos os casos, o sertão era a fronteira da civilização e dos espaços vazios a espera de se construir uma história. Para Lima (1999), duas associações ao sertão se fortalecem em fins do século XIX. A primeira apresenta o resultado dos séculos de colonização no semiárido e enfatiza as atividades econômicas e os



padrões de sociabilidade, aproximando sertão e o sertanejo à civilização do couro (LIMA, 1999; ANDRADE, 2005; CAPISTRANO DE ABREU, 1976), o que vai se desdobrar depois da associação de sertão aos espaços de saudade. A segunda é o fortalecimento da associação do sertão ao semiárido brasileiro (LIMA, 1999; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006), que consolida a visão do sertão como uma região problema e vítima de calamidades ambientais, principalmente as secas, o que se verá ulteriormente.

O sertão como uma região problema

Em fins do século XIX e início do XX, ao tempo em que o Brasil vai se conhecendo, se conectando e, sobretudo, os efeitos das secas são entendidos como um empecilho para o desenvolvimento da região, o sertão passa a ser percebido como uma região problema. As representações, sejam em imagens de um território vítima das secas e atrasado socialmente quando comparado ao restante do Brasil, bem como os discursos de um determinismo ambiental presente no pensamento da época, começam a se fortalecer.

O projeto estatal brasileiro de integração do sertão ao litoral procurou unir esses dois territórios a partir do que compartilhavam em comum, o idioma português e a fé católica (MORAES, 2005, 2009). A isso, somam-se "a crença da técnica como elemento de progresso e civilização com a integração do território nacional e fortalecimento de sua unidade, isto é, a necessidade de 'devassamento e reconhecimento' dos espaços nomeados 'sertões'! Para 'atualizá-los' e integrá-los à civilização" (ARRUDA, 2000, p. 105).

A integração do país passou pela intensificação de um sistema de circulação e incorporação econômica, fato que contribuiu muito para o sertão ser visto como algo a ser superado (ARRUDA, 2000). Para Fortunato e Moreira Neto (2010, p. 51),

as questões que envolvem a região Nordeste têm sido debatidas sempre apontando esse espaço como uma 'região problema', já que guarda em seu conjunto os piores índices de desenvolvimento econômico e social do país. O reconhecimento e a aceitação das condições sociais e históricas de produção dos discursos que cristalizam as imagens de 'Sertão' e 'Semiárido', neste contexto, são enunciados importantes que permitem entender como as relações de força, os lugares sociais de onde se fala irão imprimir, historicamente, suas marcas.

Esse Brasil, hipoteticamente moderno, rejeita o sertão e abraça a ideia de que o urbano e o industrial devem ser a representação do país. O sertão é incompatível com a modernidade desejável e deve, por isso, ser modificado. Assim, tem-se intervenções sistemáticas no território através do Estado, chamadas, posteriormente, de obras hidráulicas dentro do paradigma de combate à seca.

Na primeira seca a ter repercussão nacional e atingir os proprietários médios de terra, em 1877, vivenciou-se também a primeira ajuda governamental federal em recursos às vítimas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006). Com isso, "a seca começou a ocupar um espaço cada vez maior na grande imprensa e transformando-se em tema literário" (VILLA, 2001, p. 105).



As elites políticas e econômicas dos sertões, através dos seus políticos, começam a perceber que possuíam um grande artifício para reivindicar cada vez mais ajuda do governo central. Sendo eles os gestores, os recursos fortaleceriam, sobremaneira, a manutenção e ampliação do poder no território. Isso coadunava com o jogo de relações entre as elites nacionais, notadamente, de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais com as elites de Bahia, Ceará e Pernambuco em esforços para se manter a governabilidade e as sucessivas e acordadas mudanças no poder central. A região passou a ser vista como um problema pelo restante do país, principalmente por aqueles que formavam opinião, os cientistas da época e os que tinham o poder de tomar decisão (CASTRO, 1997; EGLER, 2000; ANDRADE, 2005; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006).

A seca passa a ser o principal problema da região, tornando-se a representação material do sertão. Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência de um ambiente hostil e de sua calamidade. Com isso, a representação imaterial através dos discursos e da cultura, distinta do restante do Brasil se consolida.

As manifestações de descontentamento dos domínios, como o banditismo, as revoltas messiânicas e mesmo o atraso econômico e social da área, são atribuídos à seca, e o apelo por sua “solução” torna-se um dos principais temas dos discursos regionais (ARRUDA, 2000; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, FREIXINHO, 2003). As imagens da "seca, a terra rachada, a fome, embora atinjam só alguns espaços, alguns períodos e alguns grupos sociais da região, são generalizados, tornam-se permanentes. De problemas sociais, eles terminam por se tornarem problemas de um dado espaço" (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 224).

Os relatórios das secas em fins do século XIX foram o início de aplicação de políticas baseadas em um melhoramento do semiárido. Buscavam-se soluções que finalizassem os impactos sociais causados por um fenômeno natural através da intervenção e modificação direta do território. Imperava nesse momento as ideias de modernidade e, com isso, a busca do aperfeiçoamento do território através de modificações pontuais com total uso da autoridade e poder coercitivo sempre que fosse demandado (SILVA, 2007).

Em princípios do século XX é lançado a primeira edição do livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Calcado nas ideias do determinismo social, o autor acreditava em uma raça superior e que o mestiço brasileiro seria inferior. Entretanto é dessa obra a expressão "o sertanejo é antes de tudo, um forte" que influenciou bastante o pensamento sobre os habitantes do semiárido dentro e fora da região e foi utilizado, exaustivamente, nas descrições e análises sobre a região desde então (MURARI, 2007). A expressão acima colocada é a maior representação de um discurso simples, rápido e eficiente sobre o sertanejo. Nas duas décadas seguintes à publicação de Os Sertões, "será notada a influência de escritores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Freire e Gilberto Amado, cuja característica teórica é a percepção de contrastes, oposições e polarizações na sociedade brasileira" (LIMA, 1999, p. 28).



O sertão estaria condenado pelo clima e pela raça à decadência. É a seca que está presente nos veículos de comunicação do Sudeste e das cidades litorâneas. As bancadas legislativas oriundas do sertão ou dos estados que o contemplavam conseguem incluir, já na constituição de 1891, o artigo 5º, que obrigava a União a destinar verbas especiais para o socorro de áreas, vítimas de flagelos naturais, abrangendo, assim, as secas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006).

Esta institucionalização consegue, progressivamente, abrir maiores espaços no aparelho de Estado pelas elites políticas e econômicas, o que fica claro com a criação do Instituto de Obras Contra a Seca (IOCS), em 1909 que mudará de nome para Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) em 1919 e Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) em 1945, mas se mantendo como lócus institucional da produção de um discurso regionalista que ganha tons cada vez mais inflamados.

Assim, "desde o início do período de independência política, o Estado Brasileiro e suas elites governamentais mantiveram uma grande preocupação em assegurar a integridade do território nacional" (ARRUDA, 2000, p. 113). Para isto, representar esse território era fundamental. O processo histórico político do país, que progressivamente delineou os limites das unidades administrativas e o significado do seu território, e de sua sociedade, numa estrutura de representação territorial, contribuiu para forjar escalas de interesse reforçadas pelo discurso da solidariedade da identidade. Nesse sentido, problematizar o espaço político, no qual se fazem a representação e a administração de interesses contraditórios, requer identificar tanto seus conteúdos simbólicos e materiais, como a articulação do espaço da função política com outras dimensões do espaço da sociedade (CASTRO, 1997). Com isso, "áreas diversas culturalmente como o Recôncavo Baiano, o litoral pernambucano e paraibano, o sertão cearense ou a parte amazônica do Maranhão, passam a ser pensadas como uma unidade, desde geográfica, étnica, até cultural" (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 350). Essas regiões receberam a representação do seco, do semiárido, uma homogeneização de uma região complexa chamada Nordeste, representada pelos discursos de flagelo, inferioridade ambiental e social, bem como lugar de memórias do passado. De fato, o antimoderno.

A consolidação do uso de sertão como qualitativo para lugares se aprofunda, não mais para todo o interior do Brasil e sim, cada vez mais associado ao semiárido e suas características naturais. "E é através não só da destinação de recursos públicos, mas, do controle, manipulação e reinvenção dos mesmos, pelas elites regionais, que se dá sustentabilidade à chamada indústria da seca" (FORTUNATO; MOREIRA NETO, 2010, p. 54).

A partir da década de trinta "a seca começa a receber, por parte do Estado, um tratamento 'planejado', legitimando uma miséria que deve ser reelaborada pelas políticas governamentais dirigidas à região" (FORTUNATO e MOREIRA NETO, 2010, p. 55), uma vez que é nesse momento que se intensifica "os diferentes



projetos ideológicos e intelectuais para o país como a Ação Integralista Brasileira, o Partido Comunista, a Aliança Nacional Libertadora, a Igreja, o Estado e seus ideólogos" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 234).

A configuração política da região começou a mudar em meados do século XX. Em decorrência dos impactos das secas e da cada vez mais visível e mensurável permanência da miséria no semiárido, milhares de sertanejos migravam também para as cidades do Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. "Em 1950 viviam nas cidades do Nordeste 4.744.808 pessoas; dez anos depois o número tinha crescido para 7.680.681. Nesses anos, a população de Recife cresceu 52%, a de Salvador 57% e a de Fortaleza 90%" (VILLA, 2001, p. 188). Os processos migratórios passam a ser apresentados como um problema que, dessa vez, afetaria as demais regiões brasileiras.

O semiárido era representado como um grave problema para o Brasil, assim pensavam intelectuais e governantes. O projeto de desenvolvimento em execução estava calcado nos preceitos do positivismo e no ideário de progresso auto-suficiente e não consideravam as particularidades da região.

Esse é o contexto que se desdobra na criação e consolidação de órgãos estatais com objetivos de atuarem diretamente no semiárido, a exemplo da SUDENE, CHESF e CODEVASF. Esses órgãos possuem histórias complexas e em suas atuações estão a tomadas de decisão centralizadas e, em vários momentos, fazendo o uso coercitivo do Estado. Com efeito, atuaram com obras de maneira difusa no território semiárido. No caso de CODEVASF e CHESF, tem-se que mesmo atuando sobre o Rio São Francisco, não possuem um histórico de renomadas parcerias ou de conflitos institucionais. E a despeito do referido rio, o processo de transposição de suas águas é, juntamente, como a formação do Lago de Sobradinho em 1978 as obras de maiores impactos ambientais e sociais no território semiárido.

Ao pensar em sertão, certamente, a maioria dos brasileiros o associa às paisagens semiáridas (mesmo que nem saiba o que isso quer dizer), solo rachado, pouca água e pessoas com fome, imagens essas que são generalizadas para toda a região. O sertão é um lugar distante (ainda que se chegue rapidamente com o transporte aéreo); desconhecido (mesmo com a TV e Internet enviando informações em tempo real) e selvagem (embora com o acelerado grau de urbanização). Em suma, uma região problema que necessita ser mudada e permanece assim até hoje.

O sertão como representação do passado e dos espaços das memórias

A partir do século XIX, as ideias de modernidade começam a se difundir de maneira mais incisiva no Brasil. Em princípio, o moderno rejeita o sertão e abraça a ideia de que o urbano e o industrial devem ser a representação do país. Neste contexto, o sertão é incompatível com o que se desejava para o país e deveria ser, obviamente, modificado e modernizado (MURARI, 2007).



As representações territoriais materiais e imateriais construídas até este momento, seriam gradativamente substituídas. Seria o momento de mudança da visão e da simbologia do território, conseqüentemente, das suas representações. Além da região problema, surgiriam também os espaços de memória. A conexão do Brasil via desenvolvimento dos transportes e das comunicações fez com que diferentes territórios do país começassem a se conectar e, em muitos casos, não se reconhecerem dentro de uma unidade nacional.

Para exemplificar esse pensamento, os habitantes do semiárido devido a uma série de razões (distância do litoral, dificuldade deslocamento na região e a necessidade de adaptação a um local com pouca pluviosidade) desenvolveram uma cultura que é bem diferente do litoral e está fortemente ligada à natureza (ANDRADE, 2005; CAPISTRANO DE ABREU, 1976, 1988). As práticas da população em diversos locais, aparentemente isolados, distantes e diferentes entre si compuseram um mosaico que somados, posteriormente, construiriam uma cultura chamada de sertaneja. Essa construção permitiu uma homogeneização e a construção de uma representação que a mostrava como uma grande região rural, devastada pelas calamidades e em descompasso com a modernização das cidades do Nordeste, como Recife, Salvador e Fortaleza. A unidade interna de um pensamento que cercaria os sertões de todos os estados foi dada também pela produção literária ao longo do século XX, principalmente por aquela literatura denominada de regionalista. "A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente o imaginário brasileiro" (AMADO, 1995, p. 146).

Aliás, contrastando com a literatura tida como nacional, especialmente aquela produzida no Rio de Janeiro e São Paulo, a

literatura regionalista tem o sertão como lócus, ou se refere diretamente a ele. A chamada 'geração de 1930' (Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge Amado, etc.), por sua vez, é a principal responsável pela construção dos conturbados sertões nordestinos, de forte conotação social. Entretanto, talvez o maior, mais completo e importante autor relacionado ao tema tenha sido João Guimarães Rosa (1965), o evocador dos sertões misteriosos, míticos, ambíguos, situados ao mesmo tempo em espaços externos e internos. O tema continuou a ser abordado por vários autores (Ariano Suassuna e João Ubaldo Ribeiro são apenas exemplos), chamando a atenção de escritores recentemente editados, como Francisco C. Dantas, em *Os desvalidos* (1993) (AMADO, 1995, p. 146).

No caso específico do sertão, "eles - os membros da elite brasileira da época - tentam construir uma imagem, um texto único, homogêneo para a região [...] O Nordeste deveria ser visto e lido numa só direção para que seu efeito de verdade fosse eficiente politicamente" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 84). Nesse contexto, o sertanejo difere do homem civilizado pela distância espacial e temporal, ou seja, o sertanejo é como um ser do passado que remanesce no presente e "a natureza representa-se aí como elemento definidor de uma nacionalidade a ser ainda construída" (MURARI, 2007, p. 47). Por fim, "o que se supõe é que a diferença

entre os povos corresponderia a uma diferença de posicionamento de cada um deles na escala temporal do progresso humano" (MURARI, 2007, p. 104). Consolidava-se um território calcado no tradicional e na seca.

Freixinho (2008) vai às raízes do que se entende por arcaico no Brasil e de como essas imagens estão associadas ao semiárido. No processo de modernização engendrado pelo Estado, todo o interior foi deixando de ser chamado de sertão, à exceção do semiárido. O Estado de São Paulo, por exemplo, livrou-se rapidamente da memória de que haviam "sertões" em seus domínios. Como resultado, uma visão cada vez mais negativa do território e da sua população foi reforçado (LIMA, 1999; SILVA, 2010; ARRUDA, 2000). Assim, "no sertão a sociedade teria sido mantida, ano após ano, com as mesmas feições que lhe conferiram seus primeiros colonizadores" (MURARI, 2007, p. 101).

O sertão tornou-se os espaços da memória a partir da produção cultural que envolvia a música, a dança, a literatura, o cinema e o teatro (ARRUDA, 2000). Tal adesão reforçou e legitimou o imaginário da unidade nacional, garantida pela centralização do poder formal, que se refletiu na difícil incorporação do tema do regionalismo, como questão relevante a ser pesquisada (CASTRO, 1997). "O sertão é visto, portanto, ora como a relíquia arqueológica de um estágio evolutivo já superado pela civilização, ora como um museu onde a história da humanidade se desenrola no momento presente aos olhos do observador" (MURARI, 2007, p. 103). O entendimento da construção desse regionalismo se faz a partir de estudos de escritores, artistas e jornalistas que foram interpretando e registrando o sertão ao longo do século XX. É com base nessa concepção que se observa a consolidação de uma identidade sertaneja. E sertão, assim, passa a ser praticamente o termo que define as terras semiáridas brasileiras.

Alguns elementos do semiárido são evidenciados e reforçados como representantes do território. A figura do cangaceiro, do messianismo, do coronelismo, do catolicismo e da violência com a "justiça pelas próprias mãos" serão expoentes de uma imagem associada à região e tidas como representações do sertão. Essa associação não foi aleatória, pelo contrário, foi planejada para dar unidade ao sertão e diferenciá-lo das demais regiões (FREIXINHO, 2003; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006). As imagens do semiárido como sertão seriam então as representações da região Nordeste. A imbricação semiárido-sertão-nordeste confunde-se a partir daí.

A partir das representações construídas ao longo dos séculos, ressignificadas no século XX, tem-se em Arruda (2000, p. 97-98) uma reflexão e, ao mesmo tempo, uma síntese sobre o que vai ser dominante em termos de representação do semiárido,

numa mirada de mais de cem anos pode-se perceber que se alteraram as visões sobre o território brasileiro. De um país só natureza em meados do século XIX para um país totalmente rico em potencial em meados do século XX. A transição, ou melhor, os elementos constituintes da mudança encontram-se nitidamente representados, na virada do século em ações que se tornaram ícones.



O sertão como representação do passado e dos espaços da memória é, não obstante, uma infância brasileira anacronicamente presente até hoje. Em meio aos centros urbanos cada vez mais conectados em redes de comunicação, esse sertão ainda aparece bucólico e de um passado idealizado. E com tais características, será evocado em sua essência, porém ressignificado em sua representação territorial quando será entendido como uma fronteira econômica na convivência com o semiárido, o que veremos a seguir.

O sertão como fronteira econômica na convivência com o semiárido

Em fins do século XX, se vivencia uma discussão mais aprofundada dos significados da palavra sertão em temporalidades e espacialidades diferentes. Autores como Moraes (2009), Amado (1995), Rodrigues (2004) e Silva (2010) procuram entender a construção e o percurso de sertão como um qualitativo para lugares. Há, inclusive, autores como Oliveira (1998) que considera sertão como uma categoria de análise. Sem entrar nesse mérito, a partir dos anos noventa do século XX, percebe-se um esvaziamento do uso da palavra sertão pelos pensadores do território e um aumento significativo do uso do termo semiárido por parte dos órgãos estatais e das organizações não-governamentais que atuam no território.

A associação sertão-semiárido ganha uma textura diferente. Estabelece-se um debate, principalmente a partir da sociedade civil organizada que propõe um novo paradigma de entendimento e ação sobre o território. Se até este momento, o sertão era identificado e representado como uma região problema e vítima de calamidades naturais, a sua desconstrução se fazia necessária.

Partiu-se das ideias de sustentabilidade que ganharam força, no século XX, a partir dos anos setenta, mas chegaram de maneira mais efetiva no Brasil nos anos oitenta. Este pensamento foi fundamental para se entender o sertão, não como uma região problema que demandava ações estatais de mudanças territoriais para adaptar o meio às pessoas, outrossim a busca da convivência harmoniosa dos seus habitantes e o meio em que viviam.

Estabelece-se uma dicotomia. De um lado o sertão como uma região problema teria sido mal gerido, uma vez que as ações eram norteadas por premissas equivocadas, gerando o que foi denominado de políticas de combate à seca. Do outro lado, uma proposta baseada na sustentabilidade, construídas a partir de uma nova maneira de pensar e entender o território que foi chamada de convivência com o semiárido. Com isso,

numa mirada de mais de cem anos pode-se perceber que se alteraram as visões sobre o território brasileiro. De um país só natureza em meados do século XIX para um país totalmente rico em potencial em meados do século XX. A transição, ou melhor, os elementos constituintes da mudança encontram-se nitidamente representados, na virada do século em ações que se tornaram ícones.

Destaca-se que na perspectiva da convivência com o semiárido, o sertão e seus significados perdem espaço. Porém, a dicotomia apresentada possui camadas mais complexas de entendimento. "A nova releitura da região semiárida procura desmistificar a ideia de que o problema central desse espaço é a falta de água.



Aponta também que o nordestino não deve abandonar o seu espaço, não sendo preciso deixar a sua localidade" (MOREIRA NETO; LIRA, 2015, p. 171).

A palavra sertão não é completamente esquecida, pelo contrário, nos momentos em que for oportuno o seu uso é sempre lembrado. Fortunato e Moreira Neto (2010, p. 52) sintetizam bem o que aconteceu em fins do século passado ao se discutir sertão e semiárido quando afirmam que

os discursos sobre a convivência, à medida que repensam o espaço Sertão, ressignificam e cristalizam uma memória que o redimensiona. Nessa perspectiva, elege-se para o Semiárido a viabilidade da sustentabilidade, de uma convivência com as peculiaridades e especificidades da região, operacionalizando um deslocamento da memória, já cristalizada no imaginário social, do "Sertão" ausente de possibilidade de vivência e pressupondo novas formas, estratégias e táticas de lidar com este ambiente, suplantando os territórios rurais que sempre foram traços característicos da elaboração de memórias sobre o Sertão e lidando com uma nova dizibilidade que envolve também as cidades e centros urbanos que se inserem no Semiárido.

As diferenças entre as ideias de combate à seca, tão vigentes ao longo do século XX nas representações territoriais do sertão dão lugar às de convivência com o semiárido. Para Moreira Neto e Lira (2015, p. 180), "a proposta [...] não é algo que sempre existiu, mas uma ideia que surgiu graças à atuação de entidades governamentais e não governamentais, e vem ganhando cada vez mais espaço e legitimidade". Não obstante, a convivência com o semiárido se assemelha, em essência, à maneira como a população do sertão convivia com seu ambiente até o século XIX.

Os exemplos das ações de combate à seca, são aqueles que envolvem fortes mudanças no território. A isso, somam-se as ajudas financeiras e pontuais em momentos de secas mais severas, bem como programas sociais que visam minimizar os impactos sociais e econômicos no território. As ações a partir da convivência com o semiárido se baseiam na premissa das inovações sociais, uma vez que "artifícios de baixo custo possuem impacto social na proporção inversa de sua simplicidade" (MACIEL; PONTES 2016, p. 38), assim envolvem o manejo sustentável da caatinga.

À distinção entre o combate à seca e a convivência com o semiárido, tratadas quase como dicotômicas, começa a apresentar uma nova perspectiva. Em 2013 foi aprovada a Lei de convivência com o semiárido no estado de Pernambuco² e três anos seguinte, na Bahia³, ou seja, o Estado⁴ está se apropriando da discussão que teve desenvolvimento na sociedade civil organizada. Essa aproximação já começava anos atrás a exemplo

² Pernambuco foi o primeiro estado brasileiro a possuir uma lei de convivência com o semiárido promulgada em março de 2013 sob o número 1422 (Medeiros, 2006).

³ Lei aprovado em 30/08/2016 (IRPAA, 2016).

⁴ A isso, pode-se ainda adicionar que em 2003 foi criado o Instituto Nacional do Semi-árido – Celso Furtado, em Campina Grande/PB. A mais nova unidade de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia tem por finalidade promover a execução e divulgação de estudos e pesquisas na área do desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da Região, possibilitando a integração de pólos socioeconômicos e os ecossistemas estratégicos do Semi-árido brasileiro (Silva, 2006, p. 89).



da parceria entre a ASA e o Governo Federal para o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Tem-se em tela que órgãos como a EMBRAPA e a CODEVASF estão cada vez mais desenvolvendo pesquisas e ações baseadas na concepção de uma convivência com o semiárido.

Na convivência com o semiárido,

busca-se, através da elaboração de projetos e de sua execução, no âmbito da educação, da ambiência ou do desenvolvimento sustentável, entre outros, abrirem caminhos para solucionar o problema da falta de água; das deficiências do sistema educacional e do acesso e uso dos recursos naturais; bem como, da geração de trabalho e renda, no intuito de amenizar: a falta de planejamento da produção, a resistência e insensibilidade de alguns representantes do Poder Público frente à realidade do povo e outros impasses (FORTUNATO e MOREIRA NETO, 2010, p. 57).

Sob a ótica das ideias de convivência com o semiárido, as representações territoriais tendem a mudar. Saem de cena as imagens de solos rachados e população faminta e sem água para dar lugar ao semiárido que, se bem cuidado, pode ser verde e produtivo. Essas representações são cunhadas pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam diretamente no território e reverberam nas instituições de ensino que, não obstante, são parceiras. Enquanto as ONGs provêm com as ações diretas e o fomento das discussões em nível local, as instituições de ensino reforçam o debate na academia e divulgam, academicamente, as benesses de tais ações. Existe, embora de maneira tímida, críticas a esse modelo (PEREIRA, 2019). A parceria tem sido prolífica.

Nesta nova configuração de discussão sobre as representações,

os binômios Sertão-Semiárido, seca-convivência, dependência-sustentabilidade, são enunciativos das polarizações que fundamentam a construção de uma interpretação histórica sobre a região semiárida, como um espaço de degrado, de inviabilidade social, mas, também, como um território de muitas possibilidades, cuja memória deve ser repensada e se reconstituir, por meio de experiências e vivências culturais, como continuidade entre passado e presente, a partir de um distanciamento crítico que ressignifique e/ou reelabore a relação do homem com o meio, o protagonismo social, e/ ou o desenvolvimento regional entre outros (FORTUNATO; MOREIRA NETO, 2010, p. 52).

Por fim, na visão de Silva (2006, p. 435), o sertão

é muito mais do que apenas um termo ou vocábulo caracterizador de uma região específica. É, acima de tudo, um campo simbólico, uma região de significados e relações de sentido estruturadas por um conjunto mais ou menos aberto de categorias cognitivas que, muito mais do que reproduzir ou caracterizar objetivamente uma unidade geográfica, a constrói simbolicamente, sempre no sentido de produzir uma narrativa da formação histórica do país, da fundação da nação ou da construção da identidade nacional (SILVA, 2006, p. 435).

Como apontado anteriormente, o semiárido é uma região grande, heterogênea do ponto de vista territorial, social e cultural que está associada a uma variação a depender das espacialidades e temporalidades. Ainda é importante ressaltar que dentro do semiárido, existem as áreas de exceções, os chamados brejos de altitude que possuem uma dinâmica ambiental completamente diferente. Porém a seca, o solo rachado, a fome, embora atinjam só alguns espaços, períodos e classes sociais dentro do semiárido, são generalizados para toda a região.

Por fim, as quatro representações territoriais sobre o sertão acima discutidas estão apresentadas na figura abaixo.

Figura 1. Figura 1 - Linha do tempo com as representações territoriais do sertão. Fonte: elaboração própria a partir de imagens disponibilizadas gratuitamente.



Considerações Finais

O semiárido brasileiro possui hoje uma população mais numerosa em seus núcleos urbanos, porém continua sendo representado como um território rural, atrasado economicamente e vítima de secas periódicas. Nos diversos discursos e, principalmente, nas imagens que são veiculadas em diversas mídias, sejam impressas ou virtuais, isso é evidente. Não obstante, tem-se em mente que essas representações territoriais não são homogêneas em todo o semiárido e não se materializam em todos os lugares. Entretanto, consolidam-se imagens constantemente difundidas no Brasil.

As estruturas das representações territoriais do semiárido brasileiro remontam ao início de sua colonização. Os seus primeiros séculos, delimitam um processo constante de entrada, domínio territorial. É o início do sertão construído “de fora” para “dentro”. As percepções sobre o território geram as suas representações nos mapas e relatos produzidos por pessoas que, em vários casos, não estiveram no ambiente que descreviam. Posteriormente, as imagens da seca tornam-se a representação territorial dominante para o semiárido e, posteriormente, à região Nordeste. Neste sentido, é o semiárido sendo representando por um fenômeno natural e sua população sendo vista como vítima e, ao mesmo tempo, inferior ao restante dos brasileiros. Ao tempo que isso acontece, o semiárido também é representado como o passado do Brasil do século XX, sendo um espaço de memória e resgate da cultura que seria distinta do restante do país. Mais recentemente, sobretudo a partir dos anos setenta do século XX, o semiárido vem sendo visto como fronteira



econômica, dentro de uma perspectiva do desenvolvimento sustentável, como uma região com grande potencial ainda não desenvolvido plenamente. Nesta última perspectiva, a palavra sertão se esvazia em seu significado, para dar lugar às ideias de convivência com o semiárido.

O sertão não é um lugar regido pelo ambiente e sim uma construção social. Para cada sertão, pode-se identificar uma representação que demanda estudos. O sertão vem se tornando um objeto de estudo, e, sendo assim, um lugar de observação, síntese e análise que vêm crescendo, seja nas instituições de ensino, órgãos estatais e organizações não governamentais.

O aprofundamento e o debate que se busca a partir do que se expôs aqui, pode permitir a identificação de novas representações, os desdobramentos das representações aqui apontadas ou até mesmo a fusão entre elas. Esse foi o primeiro esforço de identificação e contextualização de cada representação e sofre da limitação de páginas e caracteres para detalhamentos mais profundos. Sendo assim, é um ponto de partida para nortear futuras pesquisas que tenham o sertão e o semiárido como objeto de estudo. As quatro representações territoriais apontadas nesse texto podem contribuir, nesse sentido, como referência e como objeto de estudo em temporalidades e espacialidades distintas.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Dossiê nordeste seco. Revista Eletrônica Estudos Avançados, v. 13, n. 36, 1999.
- ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- ABREU, João Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Col. Ensaios e Estudos: Crítica e História. MEC/INL, 4o Série, 1976.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2006.
- AMADO, Janaína. Construindo mitos: A conquista do oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, Sidney Valadares. AMADO, Janaína (orgs.). Passando dos limites. Goiânia: UFG, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
- ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: entre história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.
- BAILLY, Antoine S. Enseigner les représentations régionales: géographie régionale, images mentales et cartes mentales. In: ANDRÉ, Yves; et al. (orgs.). Représenter l'espace. L'imaginaire spatial à l'école. Paris: Anthropos, 1989, p. 141-153.
- BAILLY, Antoine S. Les représentations en géographie. In: BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert; PUMAIN, Denise (orgs.). Encyclopédie de géographie. Paris: Economica, 1995, p. 369-381.
- BAILLY, Antoine S. Spatial Imaginary and Geography: a Plea for the Geography of Representations. GeoJournal, v. 31, n. 3, p. 247-250, 1993.
- CARVALHO, Luzineide Dourado. Natureza, Território e Convivência: Novas Territorialidades no Semiárido Brasileiro - Novas Territorialidades no Semiárido Brasileiro. São Paulo: Paco Editorial, 2012.



- CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 155-196.
- CIRILO, José Almir. Políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido. São Paulo. Estudos Avançados, n. 22(63), 2008.
- DANTAS, Monica Duarte. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano itapicuru, 1549-1822. Penélope: revista de história e ciências sociais, n. 23. p. 9-30, 2000.
- DEBARBIEUX, Bernard. Représentation. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (orgs.). Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Belin Editeur, 2003, p. 791.
- EGLER, Claudio A.G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 207-238.
- FORTUNATO, Maria Lucinete; NETO, Mariana Moreira. De como lembrar o semiárido e esquecer o sertão. Sæculum – Revista de História. v. 23 p. 81-60, 2010.
- FREIXINHO, Nilton. O sertão arcaico do Nordeste do Brasil: uma releitura. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- GUMUCHIAN, Hervé. Les représentations en géographie: définitions, méthodes et outils. In: ANDRÉ, Yves; et al. (orgs.). Représenter l'espace. L'imaginaire spatial à l'école. Paris: Anthropos, 1989, p. 29-43.
- GUMUCHIAN, Hervé. Représentations et aménagement du territoire. Paris: Anthropos, 1991.
- LIMA, Nísia Trindade. Um Sertão chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.
- LISBOA, Karen Macknow. A nova Atlântida de Spix e Martuius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 2007.
- MACIEL, Caio Augustos Amorim; PONTES, Emílio Tarlis Mendes. Seca e convivência com o semiárido - adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. Rio de Janeiro: Annablume, 2011.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia Histórica do Brasil - cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.
- MURARI, Luciana. Brasil, Ficção Geográfica - Ciência e Nacionalidade no País D'os Sertões. Rio de Janeiro: Annablume, 2007.
- NETO, Mariana Moreira; LIRA, Maria Thaize dos Ramos. Convivência com o semiárido: nas fronteiras entre o novo que se legitima e o antigo que teima em ficar?. Novos Cadernos NAEA. v. 18, n. 1, p. 169-182, 2015.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. História, Ciências, saúde-Manguinhos, vol. v suplemento, pp. 195-215, 1998.
- PAILLE, Pierre. La méthodologie de recherche dans un contexte de recherche professionnalisante: douze devis méthodologiques exemplaires. Recherches qualitatives, vol. 27, n. 2 p. 133-151, 2007.
- PAILLÉ, Pierre; MUCCHIELLI, Alex. L'analyse qualitative en sciences humaines et sociales. Paris: Armand Colin, 2003.
- PUNTONI, Pedro Luís. A Guerra Dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2008.
- REBOUÇAS, Aldo da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. São Paulo: Estudos avançados. v. 11 (29), 1997.
- RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Diálogo com a Escrita do Sertão. Em Silva, Aldo D.D. da.; Galeno, Alex. (orgs.). Geografia – Ciência do Complexus. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 281-218.



SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe Editora, 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento. Brasília-DF. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2006.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, 383, 2007.

VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ed. Ática, 2001.